

AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO: A RELIGAÇÃO DE SABERES DISCIPLINARES

Schayla Letyelle Costa Pissetti

Marina Patricio de Arruda

Lucia Ceccato de Lima

Resumo

Novas concepções, como a complexidade e reforma do pensamento, instigam-nos a buscar um conhecimento novo a partir de reflexões sobre nossas ações e as contradições presentes na condução da vida individual e planetária. Nesse contexto, a universidade como instituição formadora de cidadãos, é chamada a assumir sua responsabilidade na consolidação de discussões e práticas acadêmicas, para que se possa gerar um conteúdo novo capaz de favorecer a ambientalização curricular dos cursos de graduação. Este estudo buscou discutir os caminhos propostos por uma Universidade Comunitária localizada no sul do Brasil, no cumprimento dos objetivos estabelecidos pelas Políticas Públicas para a Educação Ambiental. Ao se trabalhar com esta temática, alguns passos se tornaram imprescindíveis para que a instituição pudesse avançar rumo a um diálogo de conhecimentos necessários a inserção da Educação Ambiental nos currículos para a construção desse novo saber. O desafio está em sensibilizar gestores, docentes, discentes e funcionários envolvendo-os numa rede sistêmica de atitudes inovadoras capaz de contemplar a religação de saberes disciplinares e reflexão sobre a reforma do pensamento de todos rumo a Universidade sustentável.

Palavras-chave: Ambientalização; Ensino Superior; Religação de Saberes Disciplinares; Educação Ambiental.

INTRODUÇÃO

A intensificação de discussões acadêmicas sobre a necessidade de se prestigiar as abordagens que considerem o pensamento complexo, a religação de saberes disjuntos, as incertezas, sistemas e processos que negligenciaram as emoções no pensamento científico moderno contraditoriamente acabaram por enfatizar a interdisciplinaridade/transdisciplinaridade, atitude que ganha força na proposta de religação de saberes disciplinares discutida por Edgar Morin (2001).

A reforma do pensamento indica a busca de estratégias de mudança de nossa própria prática pedagógica que, conforme Behrens (2005) depende do entendimento que os educadores têm do paradigma da complexidade. Maturana (2005, p. 15) associa-se a essa

discussão ao contrapor-se à desvalorização da emoção cultivada por cientistas racionalizadores. Para ele,

Dizer que a razão caracteriza o humano é um antolho, porque nos deixa cegos frente à emoção, que fica desvalorizada como algo animal ou como algo que nega o racional. Quer dizer ao nos declaramos seres racionais vivemos uma cultura que desvaloriza as emoções, e não vemos o entrelaçamento cotidiano entre razão e emoção, que constitui nosso viver humano, e não nos damos conta de que todo sistema racional tem um fundamento emocional.

Religar saberes disciplinares torna-se urgente para o alargamento de nossa visão sobre a interdependência entre as ciências naturais, sociais e demais tipos de conhecimento. Considerando que a educação é um fato eminentemente histórico, suas modificações vão acontecendo na proporção em que os modelos adotados se revelam inadequados para satisfazer as necessidades emergentes. Esse é o ponto de partida para a superação dos reducionismos e (in)compreensões acerca da vida para que se possa então fortalecer a dinâmica de religação dos saberes.

Eis que chegou o momento de (des)aprender crenças, conhecimentos e valores que um dia nos pareceram certos e inabaláveis (GRÜN, 1994). Para Morin (2002, p.81) a incerteza causada pelas lacunas do conhecimento estimulam cada vez mais os modos de conhecer para que possamos avançar no sentido de uma nova sociedade sustentável, considerando a sustentabilidade é “a consequência da interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade” (CAPRA, 1996, p.235).

Se a ciência fez avançar a tecnologia trazendo mudanças fundamentais para a vida humana, também o século XXI passou a requerer um sujeito interrogante e crítico capaz de promover a compreensão da multiplicidade e da diversidade: “temos o sentimento de que algo envelheceu irremediavelmente nos métodos que conheceram o sucesso, mas que hoje não podem mais responder ao desafio global – diversificado, multiplicado – da complexidade” (MORIN, 2003, p.7).

Assim, nosso desafio está em “discutir sem dividir”. As disciplinas firmaram fronteiras em função de sua própria organização, hoje, porém somos chamados à promoção de um diálogo entre disciplinas, o que a princípio pode gerar desorganização da organização disciplinar para imediatamente levar-nos a uma nova organização do conhecimento.

O modo transdisciplinar de pensamento constitui a disponibilidade para unir conceitos contraditórios para a reconstrução de algo novo (NICOLESCU, 2000).

Vivemos um momento de transição paradigmática (SANTOS, 1995, 1997), isso porque a confiança epistemológica da ciência está abalada e precisamos construir uma nova

forma de ser e estar no mundo, está em jogo a construção de um novo conhecimento. O paradigma simplificador é 'insuficiente e mutilante' (MORIN, 2008, p.55) e reduz a chance de nosso pensamento rumo à problematização das variações ecológicas que produzimos no mundo. A crise ambiental compreendida como uma crise civilizatória e da racionalidade instrumental (LEFF, 2001) segue espalhando seus efeitos sobre o ambiente natural, em relação à preservação da vida e da biodiversidade, ameaçadas pelo modelo capitalista de produção, consumo e descarte. Novas concepções, como a complexidade e reforma do pensamento, instigam-nos a buscar um conhecimento novo a partir das reflexões sobre as ações que praticamos e as contradições presentes na condução da vida individual e planetária.

Nesse contexto, a universidade como instituição promotora e formadora de cidadãos e professores, é chamada a assumir sua responsabilidade na consolidação dessa nova proposição paradigmática e socioambiental (SILVA et. al., 2010). Para tanto, torna-se necessário potencializar discussões e práticas acadêmicas nos mais diferentes níveis, para que se possa gerar um conteúdo novo capaz de favorecer a educação ambiental nos cursos de graduação.

AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR: um novo conhecimento?

Nos últimos séculos as relações dos seres humanos com a natureza mudaram. Segundo Lima (2007) esta mudança refere-se, principalmente, à ação destrutiva do estilo de desenvolvimento que a Sociedade Industrial vem exercendo sobre os ecossistemas. A ação antrópica tem sido tão intensa que este se vê confinado em ambientes apenas humanizados.

A diversidade de seres vivos é parte intrínseca do ambiente, que junto com os aspectos abióticos, forma a complexidade ambiental. Um instrumento que vem sendo utilizado para como ação é a Educação Ambiental, que poderá contribuir com a preservação e recuperação dos ecossistemas que de reduzido, passará para a perspectiva de ambiente complexo, garantindo assim a Vida. Assim entende-se:

A Educação ambiental, como um processo mediador, possibilita a construção coletiva do processo de desenvolvimento sustentável para os setores produtivos, com uma proposta metodológica aberta, cujo o modelo é gerar soluções a partir da participação social. Neste sentido, entendo que a Educação Ambiental Formal e Não-Formal é um processo de práxis educativa, que tem por finalidade a construção de valores, atitudes, conceitos, habilidades, normas, saberes e práticas partilhadas para a construção de um estilo de pensamento que contribua para a Cidadania Ambiental (LIMA, 2007, p.34).

Na educação formal, de acordo com os dispositivos previstos nas políticas nacionais de Educação Ambiental a dimensão ambiental começa, mesmo que ainda de forma incipiente,

a ser incluído nas matrizes curriculares. Essa dimensão ambiental nos espaços curriculares vem sendo estudada por alguns autores como ambientalização curricular.

A ambientalização curricular emerge alicerçada pela discussão currículo, gestão e espaço físico e pelas dimensões didática, experiencial e existencial. “[...] o compromisso das orientações curriculares com a problemática ambiental no sentido de criar condições para que ela se instale como processo intencional e permanente no ensino superior é, ainda, frágil e parece demorar em se efetivar” (ROSALEM; BAROLLI, 2010, p. 27). Os currículos mostram o quanto essa mudança é necessária, tendo em vista que, de um modo geral, não suportam a dimensão ambiental e muitas vezes esta é inserida pontualmente e de forma fragmentada.

No sentido de abrir discussões para que a ambientalização alcance os cursos de graduação já se observam iniciativas, em especial, nas universidades. Conforme enunciado no Plano Nacional de Educação – PNE (2011 – 2020), esse é o espaço propício às vivências de práticas, de princípios, de atitudes e valores da sustentabilidade no qual a ambientalização, por sua complexidade dependerá de ações articuladas de gestão, de organização curricular, de ensino e extensão, incluindo também a formação concomitante de educadores ambientais.

A ambientalização curricular é um processo de inovação que exige mudanças de atitudes e reforma do pensamento a partir de um conhecimento que vá além da especialização nos levando a reformar as instituições e o processo educacional como um todo.

A fragmentação das disciplinas impossibilita o desenvolvimento de um pensamento complexo;

O problema crucial de nosso tempo é o de um pensamento apto a enfrentar o desafio da complexidade do real, isto é, de perceber as ligações, interações e implicações mútuas, os fenômenos multidimensionais, as realidades que são, simultaneamente, solidárias e conflituosas (como a própria democracia que é o sistema que se nutre de antagonismos regulando-os) (ALMEIDA, CARVALHO, p.74).

Mas como garantir ambientalização dos currículos de cursos de graduação?

Há pouco tempo entrou em vigor a Resolução de Nº 2/2012 do Conselho Nacional de Educação (CNEA Conselho Pleno) estabelecendo Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (EA). Essas Diretrizes determinaram que os sistemas de ensino promovessem condições para que as instituições educacionais constituam:

(...) espaços educadores sustentáveis, com a intencionalidade de educar para a sustentabilidade socioambiental de suas comunidades, integrando currículos, gestão e edificações, em relação equilibrada com o meio ambiente e tornando-se referência seu território (BRASIL, CNE, 2012, p. 7).

A inclusão da dimensão ambiental nas novas propostas curriculares segundo Zuin (2007) e Freitas et al. (2007) deriva de estudos, iniciados principalmente após a constituição da Rede de Ambientalização Curricular do Ensino Superior (ACES), formada por pesquisadores de onze universidades, de sete países da América Latina e Europa, no âmbito da qual foi desenvolvido o projeto intitulado Programa de Ambientalización Curricular de los Estudios Superiores: diseño de intervenciones y análisis del proceso (AMORIM et al., 2003; FREITAS et al., 2003 e 2004; CARVALHO et al., 2003; OLIVEIRA et al., 2004; ACES, 2009). No Brasil, as instituições partícipes da Rede ACES foram, além da Universidade Federal de São Carlos, a Universidade Estadual Paulista (UNESP – Campus Rio Claro) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Nesse caminho, nossa universidade seguiu rumo à mudança paradigmática alentada por diferentes pesquisadores contemporâneos. Vasconcelos (2012) sugere o “Pensamento Sistêmico” como o novo paradigma da ciência se referindo a uma visão de mundo que contempla as três dimensões “complexidade, instabilidade e intersubjetividade”. Fritjof Capra (1996) fala de um novo paradigma para discutir a ecologia profunda considerando que a ecologia rasa “é antropocêntrica [...] e vê os seres humanos como situados acima ou fora da natureza [...] a ecologia profunda não separa seres humanos – ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural” (pp. 25-26). Nela os fenômenos estão profundamente interconectados, acrescentando ainda que a percepção da ecologia profunda é percepção espiritual e religiosa.

Para fugir ao paradigma antropocêntrico, o desafio do ensino superior está em trabalhar a EA considerando que a formação acadêmica segue pautada por conhecimentos específicos de cada área do conhecimento. O que se busca é a incorporação de “valores e atitudes aos conhecimentos sobre processos ambientais para que se constitua a definição de uma relação de equilíbrio dos indivíduos com o ambiente em que vivem” (TOZZONI-REIS, 2008, p. 43).

Entretanto, a implementação da ambientalização curricular se torna mais complexa se considerarmos a necessidade de criação de espaços que ampliem essa discussão e experimentação de estratégias didáticas que fortaleçam a compreensão dos envolvidos num processo institucional de mudança. Para além das condições teóricas para a internalização de um saber ambiental (LEFF, 2002), a instituição precisa assumir o compromisso de ambientalizar-se buscando um diálogo profundo com as dimensões didática, existencial e experimental.

Vivemos um tempo de incertezas e suspeitas que apontam para a necessidade de revisão de conceitos que promovam a exclusão e fragmentação do conhecimento, método

científico, etc. A ambientalização curricular entendida como “[...] um processo de inovação que realiza mudanças no currículo através de intervenções que visam integrar temas socioambientais aos seus conteúdos e práticas” (KITZMANN; ASMUS, 2012, p. 270) surge como caminho para institucionalizar a educação ambiental (EA) no ensino superior.

O estudo aqui proposto buscou discutir os caminhos propostos por uma Universidade Comunitária localizada num município de médio porte do sul do Brasil no cumprimento dos objetivos estabelecidos pelas Políticas Públicas para a Educação Ambiental (EA).

PARA JUNTAR SABERES DISCIPLINARES

Para a implantação do referido Programa encontros foram propostos aos coordenadores dos cursos de graduação para que fosse apresentada a ideia da ambientalização curricular, diretrizes Considerando que a ambientalização no ensino superior começa pela renovação e mudança de paradigmas, pressupostos epistemológicos e metodológicos, demos início à tarefa de promoção dessa conscientização por meio de encontros com os professores coordenadores de cursos de graduação da referida Universidade Comunitária a partir da implantação do Programa Permanente e Institucional de Educação Ambiental na Graduação (PPIEAG), coordenado por docentes do Mestrado em Educação e do Mestrado em Ambiente e Saúde.

Executou-se os encaminhamentos necessários à mudança institucional em diferentes níveis: ensino, pesquisa extensão e gestão do campus. O PPIEAG, denominado de “projeto guarda-chuva” assegurava as possibilidades de integração da Educação Ambiental em todos os cursos oferecidos pela instituição. Os coordenadores de cursos ouviram em silêncio a proposta do PPIEAG, e só alguns interagiram sobre o processo em si que exige um repensar da própria estrutura universitária.

Observamos uma postura de cautela e desconforto nos colegas. Já sabíamos de antemão, que o desenvolvimento das instituições de Ensino Superior ainda carece, de uma visão de gestão aglutinadora para transpor, tanto técnica como operacionalmente, os desafios que se apresentam à concretização desse processo de “ambientalizar” (MARCOMIN, e SILVA, 2009, p. 108).

Assim, as considerações e revisões conceituais apresentadas aos coordenadores visavam, naquele momento, contribuir estrategicamente na construção de perspectivas de inserção da questão ambiental nas dimensões didáticas, experiencial e existencial nos cursos

de graduação. Entretanto os coordenadores se mantiveram passivos como quem aguardassem novas problematizações acerca de um conteúdo ainda desconhecido

Os professores responsáveis pelo PPIEAG tentaram avançar no sentido de mostrar que existe um distanciamento entre o que está explicitado nos documentos oficiais e o que está sendo praticado dentro das Universidades. Em muitas matrizes curriculares, a Educação Ambiental não passa de atividades sobre a dinâmica da reciclagem de lixo, de papel, de plástico, etc. A Educação Ambiental ainda não é compreendida como uma importante aliada do currículo na busca de um conhecimento integrado que supere a fragmentação, por isso a tônica dos encontros se pautava na discussão sobre a importância da religação de saberes para a construção desse novo conhecimento.

Algumas ponderações por parte dos professores deram conta da existência de “cursos de extensão” que incluíam a Educação Ambiental como estratégia de reflexão, mas na mesma medida, observamos resistências, dificuldades relativas ao tempo necessário à formulação e orientação de tais projetos considerando que nem todos os coordenadores dispunham de horas suficientes para essa construção.

Essas considerações nos fez refletir sobre as reais condições da ambientalização curricular nos cursos de graduação da referida Universidade, contexto particular de atuação profissional que também precisa ser problematizado. A partir de então o PPIEAG investiu em mais uma possibilidade de conversação; oficinas pedagógicas de Educação Ambiental: O que o ambiente não suporta e projetos integrativos, além da ampliação do debate por meio de contatos eletrônicos.

Assim, alguns *e-mails* foram enviados para cada coordenador propondo um modelo integrativo de projetos, incentivando novas propostas e estipulando uma data limite para a entrega dos mesmos. Coordenadores de duas importantes áreas: história e geografia foram os primeiros a interagir enviando suas propostas. Passado um mês, realizamos mais uma reunião geral para apresentar esses resultados e percebemos que havia um sentimento compartilhado de interesse que sinalizava a possibilidade de outras áreas também se agregarem ao projeto guarda-chuva outros projetos de extensão relativos a Educação Ambiental.

A resistência inicial observada é própria ao desconhecimento de uma proposta relativamente recente como o Programa supracitado e indica a necessidade de outras aproximações e discussões. Como efetivar da Educação Ambiental nos 32 cursos de graduação oferecidos pela instituição?

Com o intuito de conhecer melhor esse contexto foi realizado um levantamento das Ementas dos Cursos, disponíveis no *site* da instituição, foi avaliado¹ onde se verificou que dentre os 32 cursos de graduação, a maioria não possui em suas ementas registros relacionados à Educação Ambiental, ou seja, o curso ainda não é ambientalizado, apenas 18 (dezoito) relacionam processos de Educação Ambiental.

A ausência desses registros nas ementas configura-se como um obstáculo à compreensão dos alunos sobre a interdependência do homem e seu meio ambiente.

Como apontam Guerra e Figueiredo (2014) “Ambientalizar o currículo não é uma ideia nova, mas transformadora, pois significa instaurar, no sistema educativo, uma série de mudanças”. O que pode levar ainda muito tempo, pelo menos é o que nos mostra esse mapeamento dos cursos da Universidade em questão.

Entretanto, uma questão não pode ficar fora dessa problematização; a capacitação de professores sobre o tema. Desavisados desse conteúdo e das políticas públicas como a LEI Nº 9.795/1999 que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e a Resolução Nº 2/2012 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental, muitos professores ainda seguem à margem desse processo.

Segundo Lima e Brito (2011) a capacitação tanto de educadores como de alunos favorece a formação de cidadãos mais conscientes e com capacidade de gerar novos conhecimentos.

Segundo o Programa Nacional de Educação Ambiental: “Ambientalização compreende a inserção de conhecimentos, de critérios e de valores sociais, éticos, estéticos e ambientais nos estudos e currículos universitários, no sentido de educar para a sustentabilidade socioambiental”. Por meio deste conceito torna-se muito mais fácil compreender qual a dinâmica da inserção da educação ambiental nas estruturas curriculares independentemente do nível de educação.

Ao se trabalhar com esta temática, alguns fatores se tornam imprescindíveis para que possamos progredir constituindo um diálogo de conhecimentos necessários a inserção da Educação Ambiental nos currículos, auxiliando na construção desse novo saber.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹ Dissertação de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Ambiente e Saúde (PPGAS) por SILVA, K. M. S., intitulada EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O OLHAR DOS COORDENADORES DOS CURSOS DA SAÚDE.

Vale frisar que o processo de ambientalização curricular não se resume à gestão ambiental ou à responsabilidade social de gestores e coordenadores. Trata-se de uma mudança de atitude. A ambientalização curricular somente se efetivará com o compromisso de toda a comunidade universitária. Há também a necessidade de fortalecermos os grupos de pesquisa para o desenvolvimento de estudos mais aprofundados sobre o tema. Nesse sentido, investindo adiante a perspectiva de levar a Educação Ambiental para os Cursos de graduação, articulações foram realizadas para que a instituição passasse a integrar a pesquisa “Ambientalização e sustentabilidade na educação superior: subsídios às políticas institucionais em Santa Catarina , aprovado em chamada pública FAPESC, nº 01/2014 - Programa Universal” cujo objetivo geral é contribuir com as Políticas de ambientalização e sustentabilidade na Educação Superior em Santa Catarina, identificando indícios, elaborando subsídios e estratégias aplicáveis ao ensino, pesquisa, extensão e gestão ambiental nas Instituições de Educação Superior (IES). A pesquisa encontra-se em desenvolvimento sob a responsabilidade de pesquisadores (as) de oito Instituições de Educação Superior (IES), uma pública e sete comunitárias, localizadas em cinco mesorregiões de Santa Catarina.

Assim, o processo de ambientalização curricular já teve seu início de forma mais efetiva e sistemática. O desafio está em sensibilizar gestores, docentes, discentes e funcionários envolvendo-os numa rede sistêmica de atitudes inovadoras capaz de contemplar um novo conhecimento cujos valores, religação de saberes disciplinares e reflexão sobre a complexidade seja capaz de reformar o pensamento de todos rumo a Universidade sustentável.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. Glossário para educadores . 4ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes. 2008.

BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARBONELL, J. A aventura de inovar. A mudança na escola. P. Alegre: Artmed. (Coleção Inovação Pedagógica, v. 1), 2002.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm>.

BRASIL. Resolução Nº 2, de 15 de Junho de 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental. Ministério da Educação. Brasília: 2012. Acesso em 15/04/2016. Disponível em <http://conferenciainfante.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>

CAPRA, Fritjof. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

JUNYENT, M.; GELI, A. M. & ARBAT, E. (2003). *Características de la ambientalización curricular: Modelo ACES*. Universitat de Girona. p. 1532. In Junyent, M.; Geli, A. M. & Arbat, E. (Org.) *Ambientalización Curricular de los Estudios Superiores. 2 - Proceso de Caracterización de la Ambientalización Curricular de los Estudios Universitarios*. Girona: Editora UdG, v.40.

GUERRA, A. F. S; FIGUEIREDO, M. L. Caminhos e desafios para a ambientalização curricular nas Universidades: panorama, reflexões e caminhos da tessitura do Programa Univali Sustentável. In: RUSCHEINSKY, A. et al. *Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades*. Universidade de São Paulo (USP), 2014, p. 145-164.

GRÜN, Mauro. Ciência, Ética e Educação Ambiental em um cenário Pós-Moderno. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, UFRGS, v. 19, n. 2, p. 171-196, jul./dez. 1994.

KITZMANN, D.; ASMUS, M. L. Ambientalização sistêmica - do currículo ao socioambiente. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 269-290, jan./abr. 2012.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000^a.

_____. *Ciência com consciência*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000^b.

_____. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

NICOLESCU, Basarab. *O manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: TRIOM, 2000.

MORIN, E. *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *Rumo ao abismo?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 190 p.

OLIVEIRA, T. A. Educação Ambiental e cidadania: a transversalidade da questão. In: *Revista Iberoamericana de Educación*, [S.I.], n. 42/4, 2007.

OLIVEIRA, H. T.; FREITAS, D. (2004) Ambientalização nos cursos de licenciatura por meio da inclusão curricular de uma disciplina: o caso da UFScar (Brasil). In: GELI, A.M.; JUNYENT, M. E.; SÁNCHEZ S. (Eds.). *Ambientalización curricular de los estudios superiores*. Diversitas, n. 49, p. 155-172, Vol 4.

LIMA, Lucia Ceccato de. **PROCESSO DE PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE LAGES – SC COM ÊNFASE NA**

CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E NA PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE DO ENTORNO. Florianópolis (SC): UFSC. 2007

OLIVEIRA, H.T & FREITAS, D. Desafíos y obstáculos en la incorporación de la temática ambiental en la formación inicial de profesores em la Universidad Federal de São Carlos (Brasil). In: Memória. México. 2003.

PORTAL, L.L.F. O sentido da existência humana: um olhar para cima na aventura do encontro interior. In: ENRICONE, Délcia (Org.). A docência na educação superior, sete olhares. Porto Alegre: Evangraf, 2006. p. 45-58.

ROSALEM, M. B & BAROLLI, E. A Educação Ambiental nos cursos de pedagogia. In: CONGRESSO INTERNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 14., 2006, Campinas, SP. Resumos...Campinas, SP: UNICAMP. Disponível em: <www.prp.unicamp.br/pibic/congressos/.../pibic/.../LIVROIC.doc> . Acesso em: 22/04/2009.

SACRISTÁN, J. Gimeno e GOMÉS, A I. Pérez. Compreender e transformar o Ensino. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SANTOS, B.S. Um discurso sobre as ciências. Lisboa: Afrontamento, 1995.

_____. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

VASCONCELLOS, Maria J. E. de. Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência. Campinas: Papirus, 2002.